

O ataque aéreo a Maputo

Expresso
28/5/83 pág 13



Vítima do ataque sul-africano a Maputo: «guerrilheiro do CNA» ou «soldado moçambicano»?

COM a impunidade garantida pela absoluta supremacia militar que tem, a África do Sul desencadeou na segunda-feira um ataque aéreo contra um subúrbio residencial de Maputo, causando (segundo um balanço oficioso moçambicano) 6 mortos e cerca de 40 feridos.

Não obstante a permissividade que se instalou nas práticas internacionais, a agressão foi inequivocamente um acto de guerra não-provocado contra uma nação independente. Com a agravante de não ter sido o primeiro perpetrado por aquele país e a certeza antecipada de que não será o último.

Argumentou a África do Sul que se tratou de uma retaliação ao atentado do Conselho Nacional Africano, no dia 20, contra as instalações em Pretória da Força Aérea sul-africana e que provocou uns 20 mortos e mais de duas centenas de feridos. E especificou, com grande abundância de pormenores, que os objectivos «neutralizados» em Maputo eram bases do CNA e um sistema de mísseis moçambicano.

Diversos órgãos da Imprensa internacional foram, porém, unânimes em assinalar o carácter civil dos alvos bombardeados e o facto de serem crianças e mulheres a maior parte das vítimas. Assim como destacaram as declarações dos meios diplomáticos ocidentais da capital de Moçambique de que já não há bases do CNA nos arredores da cidade. Quanto aos mísseis, nenhum jornalista estrangeiro viu na zona atingida nada que se parecesse sequer com tais engenhos.

No entanto, mais de 24 horas depois da operação fontes militares sul-africanas insistiram em que (e citamos o «Herald Tribune» de quarta-feira) «os últimos relatórios confirmados da espionagem mostravam que morreram no ataque 64 pessoas (...) 41 das quais eram guerrilheiros da CNA, 17 soldados moçambicanos e 6 eram civis».

Verifica-se por aqui que os serviços secretos da África do Sul sabem tudo o que se passa em Maputo (desde a localização e composição exactas dos centros de treino e de planificação de operações dos nacionalistas do CNA, aos números precisos e discriminados das baixas provocadas por um ataque aéreo de 5 minutos), mas não conseguiram saber nem evitar a explosão de um carro

armadilhado em frente do quartel-general da sua própria Força Aérea.

Quem pretende o regime de Pretória convencer?

Com os comunicados oficiais sobre o ataque visaria em parte uma opinião pública internacional que sabe já demasiado céptica. Mas visou sobretudo a própria opinião sul-africana, pretendendo dizer-lhe que pode confiar no braço comprido e no olho sagaz do seu aparelho militar e que não é um atentado como o do dia 20 que abalará o regime.

Quanto ao ataque aéreo em si, é óbvio que nunca pretendeu atingir o CNA, que se transferiu para o Norte de Moçambique depois da agressão contra Matola, em Janeiro de 1981. Quem Pretória visou foi este país, como tem visado Angola, o Lesotho e outros Estados próximos com agressões semelhantes.

Precisamente como Israel quando atacava o Líbano, o Egipto ou a Jordânia não tinha em mira aniquilar a OLP.

Este paralelo de modo nenhum é forçado nem precisa de se fundamentar nas estreitas relações entre Tel Aviv e Pretória, nomeadamente a nível militar. É que há uma identidade de métodos e de objectivos a ligar sul-africanos e israelitas.

Todos os ataques de Israel aos países próximos têm sido apresentados como retaliação e contra alvos militares, para depois a Imprensa constatar destruições e vítimas civis. Tal como se tem verificado com as agressões de Pretória.

Com os seus ataques, Tel Aviv obteve até agora a progressiva deslocação das bases da OLP cada vez para mais longe das suas fronteiras e acordos de paz separada impostos aos vizinhos (Egipto, Líbano...). O mesmo objectivo que a África do Sul procura com idênticas agressões.

E que é, concretamente: responsabilizar Moçambique, Angola, o Lesotho e outros pelas acções do CNA e da SWAPO, ao mesmo tempo que, por invios canais diplomáticos, procura impor-lhes «pactos de não-agressão» cujo artigo 1.º e único seria essencialmente o fim do auxílio àqueles movimentos nacionalistas. De contrário, as «retaliações» prosseguirão.

A uma tal forma de negociar só pode aplicar-se um nome e com ele qualificar o ataque aéreo a Maputo: chantagem.